

MPV 302

00031



**CONGRESSO NACIONAL
APRESENTAÇÃO DE EMENDAS**

Data

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 302, DE 29 DE JUNHO DE 2006.
--

Autor DEPUTADO GONZAGA PATRIOTA
--

nº do prontuário 143

1 <input checked="" type="radio"/> Supressiva	2. <input type="checkbox"/> substitutiva	3. * modificativa	4. <input type="checkbox"/> aditiva	5. <input checked="" type="radio"/> Substitutivo global
---	--	-------------------	-------------------------------------	---

--	--	--	--	--

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

EMENDA MODIFICATIVA

Art. 17. Os arts. 3º, 4º e 10 da Lei nº 10.910, de 15 de julho de 2004, passam a vigorar com a seguinte redação, produzindo efeitos financeiros a partir de 1º de julho de 2006:

"Art. 3º A Gratificação de Desempenho de Atividade Tributária - GDAT de que trata o art. 15 da Lei nº 10.593, de 6 de dezembro de 2002, devida aos integrantes das carreiras de Auditoria da Receita Federal, Auditoria-Fiscal da Previdência Social e Auditoria-Fiscal do Trabalho, é transformada em Gratificação de Atividade Tributária - GAT, em valor equivalente a setenta e cinco por cento do maior vencimento básico.

Parágrafo único. Aplica-se à GAT às aposentadorias e pensões." (NR)

"Art. 4º Fica criada a Gratificação de Incremento da Fiscalização e da Arrecadação - GIFA, devida aos ocupantes dos cargos efetivos das carreiras de Auditoria da Receita Federal, Auditoria-Fiscal da Previdência Social e Auditoria-Fiscal do Trabalho, de que trata a Lei nº 10.593, de 2002, no percentual de até noventa e cinco por cento, incidente sobre o maior vencimento básico de cada cargo das carreiras.

....." (NR)

"Art. 10."

§ 1º Às aposentadorias e às pensões que vierem a ocorrer antes de transcorrido o período a que se refere a parte final do caput deste artigo aplica-se à GIFA no percentual de cinquenta por cento sobre o valor máximo a que o servidor faria jus se estivesse em atividade.

....." (NR)



JUSTIFICATIVA

Em função da GAT ser uma gratificação de atividade tributária e como não há nenhuma diferenciação das atribuições executadas pelos Auditores-Fiscais da Previdência Social não se justifica que o valor da gratificação seja diferenciada em função do enquadramento dos mesmos na tabela de vencimentos.

PARLAMENTAR

